

## Alteração ao quadro do pessoal

Grupo de pessoal	Carreira/categoria	Número de lugares					Tipo de carreira
		Dotação total	Providos	Vagos	Propostos	Total	
Chefia .....	Chefe de serviços de limpeza .....	—	—	—	3	3	Vertical

**Aviso n.º 4158/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal, datado de 15 de Março de 2005, foi prorrogado, por mais seis meses, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado em 5 de Abril de 2004, com Pedro Miguel Fonseca Pimentel, na categoria de coeiro.

6 de Maio de 2005. — O Presidente da Câmara, *António José Ferreira Afonso*.

**Aviso n.º 4159/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal, datado de 19 de Abril de 2005, foi prorrogado, por mais seis meses, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado em 14 de Novembro de 2003, com Isabel Maria Fernandes Costa Braga, na categoria de técnico superior de 2.ª classe — direito.

6 de Maio de 2005. — O Presidente da Câmara, *António José Ferreira Afonso*.

**Aviso n.º 4160/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal, datado de 27 de Abril de 2005, foi prorrogado, até 31 de Dezembro de 2005, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado em 10 de Novembro de 2003, com Ricardo Jorge Pereira da Silva, na categoria de técnico superior de 2.ª classe — arqueologia.

6 de Maio de 2005. — O Presidente da Câmara, *António José Ferreira Afonso*.

**Aviso n.º 4161/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal, datado de 27 de Abril de 2005, foi prorrogado, até 31 de Dezembro de 2005, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado em 3 de Novembro de 2003, com Selénia Filipa Martins Roupas, na categoria de assistente administrativo.

6 de Maio de 2005. — O Presidente da Câmara, *António José Ferreira Afonso*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

**Aviso n.º 4162/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os efeitos previstos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna público que esta Câmara Municipal efectuou renovação do contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três anos com Nuno Alberto Gomes Mimoso, com a categoria de técnico profissional segurança higiene do trabalho, correspondente ao escalão 1, índice 199 da Tabela de Vencimentos dos Funcionários e Agentes da Administração Pública Central e Local, com efeitos ao dia 6 de Maio de 2005.

3 de Maio de 2005. — Pelo Presidente da Câmara, a Vice-Presidente, (*Assinatura ilegível*.)

## JUNTA DE FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ

**Aviso n.º 4163/2005 (2.ª série) — AP.** — *Contratos de trabalho a termo resolutivo certo.* — Para os devidos efeitos se torna

público que, por despacho do presidente da Junta de Freguesia de 5 de Maio de 2005, foi celebrado, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, contrato de trabalho a termo resolutivo certo com Maria Conceição Figueiredo Cancela, Maria José Sendas Aires Ribeiro, Olga da Conceição Pereira de Sá e Isabel Maria Martins, para exercerem as funções de jardineiros a partir de 9 de Maio de 2005, pelo período de um ano.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Maio de 2005. — O Presidente da Junta, *Rui José*.

## JUNTA DE FREGUESIA DE BARRANCOS

**Aviso n.º 4164/2005 (2.ª série) — AP.** — *Celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo certo.* — Para efeitos e nos termos do n.º 1, alínea *b*), do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia de Barrancos de 26 de Abril último, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, na categoria de auxiliar de serviços gerais, escalão 3, índice 146, com António Torrado Bartolo. O referido contrato teve início no dia 2 de Maio de 2005 e é válido por um ano, eventualmente renovável.

4 de Maio de 2005. — O Presidente da Junta, *André Elvira Carvalho*.

## JUNTA DE FREGUESIA DE CHELEIROS

**Aviso n.º 4165/2005 (2.ª série) — AP.** — Mário João Acúrcio Vicente, presidente da Junta de Freguesia de Cheleiros:

Faz público que em Assembleia de Freguesia, em sessão ordinária de 18 de Abril 2005 e sob proposta da Junta de Freguesia de 8 de Abril de 2005, foi aprovado o Regulamento do Inventário e Cadastro do Património da Junta de Freguesia de Cheleiros, em conformidade com o documento anexo a este aviso.

10 de Maio de 2005. — O Presidente da Junta, *Mário João Acúrcio Vicente*.

## JUNTA DE FREGUESIA DE MACIEIRA DE CAMBRA

**Aviso n.º 4166/2005 (2.ª série) — AP.** — Por deliberação da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra de 31 de Março de 2005, torna-se público que foi deferido o pedido de rescisão do contrato de trabalho a termo resolutivo certo, do auxiliar — cantoneiro de limpeza, Domingos de Almeida, a partir de 31 de Março do corrente ano.

5 de Maio de 2005. — O Presidente da Junta, *Carlos Alberto Teixeira Gomes*.

## JUNTA DE FREGUESIA DE MIRANDELA

**Aviso n.º 4167/2005 (2.ª série) — AP.** — *Lista de antiguidade.* — Rui Fernando Moreira Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, concelho de Mirandela:

Torna público, para os devidos efeitos e em cumprimento do estabelecido no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de

Março, que a lista de antiguidade do pessoal do quadro desta Junta de Freguesia, organizada nos termos do artigo 93.º do já citado diploma legal, foi afixada nos respectivos locais habituais.

Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

9 de Maio de 2005. — O Presidente de Junta, *Rui Fernando Moreira Magalhães*.

### JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

**Aviso n.º 4168/2005 (2.ª série) — AP.** — A Junta de Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios torna público que a Assembleia de Freguesia, em sua sessão ordinária realizada em 27 de Abril de 2005, deliberou aprovar o quadro de pessoal, proposto pelo executivo da Junta de Freguesia, em conformidade com o disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

#### Quadro de pessoal

Grupo de pessoal	Carreira/categoria	Escala/índice								Lugares			Observações
		1	2	3	4	5	6	7	8	Providos	Vagos	Total	
Auxiliar .....	Auxiliar administrativo .....	128	137	146	155	170	184	199	214	—	1	1	

9 de Maio de 2005. — O Presidente da Junta, *Francisco Manuel Raposo Gaspar*.

### JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO

**Aviso n.º 4169/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação do executivo desta Junta de Freguesia, tomada em reunião de 15 de Março de 2005, devidamente ratificada pela Assembleia de Freguesia em sessão ordinária realizada a 29 de Abril, foi atribuída a menção de mérito excepcional com promoção da seguinte funcionária:

Maria Dulce Pereira Varanda — assistente administrativo principal a assistente administrativo especialista, considerando que não consta no processo individual qualquer informação em seu desabono, demonstrando ser sempre uma funcionária assídua, para além de que, no desempenho das funções que lhe estão atribuídas — recursos humanos, feitura de ofícios e actas, arquivo da correspondência, acção social escolar e economato, matérias de muita responsabilidade, que requerem muita atenção, dada a sua complexidade — revelou continuamente muita dedicação pelo serviço com que se tem deparado no dia-a-dia, qualidades aliadas a uma correcta atitude na sua relação com os membros dos órgãos deliberativo e executivo, restantes funcionários e público.

10 de Maio de 2005 — O Presidente da Junta, *Salvador António Martins Bastos Costeira*.

### JUNTA DE FREGUESIA DO PRAGAL

**Regulamento n.º 10/2005 — AP.** — *Regulamento de Inventário e Cadastro do Património.* — Dada a inexistência de qualquer regulamento sobre inventário e cadastro do património da Junta de Freguesia do Pragal, e havendo necessidade, por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em conta a implementação do novo sistema contabilístico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 (POCAL), de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 315/2000, de 2 de Dezembro, e 84-A/2002, de 5 de Abril, o qual obriga que as juntas de freguesia disponham de um inventário actualizado, que lhes permita conhecer, em qualquer momento, o estado, a afectação e a localização dos bens imóveis e móveis a fim de gerir eficientemente todo o património da Junta de Freguesia e apurar correctamente o valor patrimonial, reveste-se de grande importância a elaboração deste Regulamento, que servirá de pilar orientador do património desta Junta de Freguesia de modo a que cada sector contribua para o controlo de todos os bens patrimoniais.

A execução do inventário vem dar cumprimento ao estabelecido na fase de implementação do novo plano de contas para as autarquias locais.

Só após a conclusão do processo de inventariação e respectivo apuramento do valor patrimonial da autarquia se poderá elaborar o balanço inicial, documento que marcará o ponto de partida para a nova contabilidade orçamental, patrimonial e analítica e contribuirá para avaliar a eficiência da gestão autárquica.

O presente Regulamento foi elaborado a partir, de entre outros, de diversos normativos legais aplicáveis ao património do Estado

e pelo referido Decreto-Lei n.º 54-A/99, tendo sido introduzidas as alterações consideradas necessárias para uma melhor adequação patrimonial desta Junta de Freguesia.

Assim, o presente Regulamento foi aprovado pelo órgão executivo da Junta de Freguesia do Pragal, em reunião ordinária de 22 de Março de 2005, no uso das competências previstas na alínea b) do n.º 5 do artigo 34.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e foi aprovado pelo órgão deliberativo a 29 de Abril de 2005.

O presente Regulamento entra em vigor no 1.º dia útil após a publicação legal.

Para constar se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

#### CAPÍTULO I

##### Princípios gerais

###### Artigo 1.º

##### Âmbito de aplicação

1 — O presente Regulamento estabelece os princípios gerais de inventário e cadastro, aquisição, alienação, registo, seguros, aumento, abatimentos, cessão, avaliação e gestão do imobilizado corpóreo e incorpóreo da freguesia.

2 — Considera-se gestão patrimonial da freguesia, nomeadamente, a correcta afectação dos bens pelas diversas áreas de gestão, tendo em conta não só as suas necessidades como também a sua melhor utilização, conservação e valorização.

###### Artigo 2.º

##### Objectivos

1 — O presente Regulamento estabelece os princípios gerais de inventariação, aquisição, registo, afectação, seguros, abate, valorimetria e gestão dos bens móveis da freguesia, assim como as competências dos serviços envolvidos na prossecução daqueles objectivos.

2 — No âmbito da gestão do património integra-se a observância de uma correcta afectação dos bens pelos diversos serviços da freguesia, tendo em conta não só as necessidades das mesmas, mas também a sua mais adequada utilização face às actividades desenvolvidas e o incremento da eficiência das operações.

#### CAPÍTULO II

##### Do inventário e cadastro

###### Artigo 3.º

##### Inventário

1 — As etapas que constituem o inventário são as seguintes:

- Arrolamento, que consiste na elaboração de um rol de bens a inventariar;